

## » Entrevista | FLÁVIA ARRUDA | MINISTRA-CHEFE DA SECRETARIA DE GOVERNO

Às vésperas de deixar o primeiro escalão do Executivo federal — com o processo de desincompatibilização para a pré-campanha às eleições —, a ministra faz um balanço de sua gestão na pasta e reafirma apoio à recondução de Ibaneis

# “O ambiente da política é muito machista”

» ANA DUBEUX » CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA » DENISE ROTHENBURG

Nesta semana, mais precisamente na sexta-feira, terá início a pré-campanha para as eleições de outubro. Com a desincompatibilização, os novos arranjos começam a se firmar e o desenho do cenário eleitoral vai deixando de ser rascunho para ganhar uma forma mais definitiva. Considerada, hoje, um dos principais nomes do DF, a ministra-chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, confirma que não

vai disputar o governo local, mas também não crava se será a candidata ao Senado.

“A minha candidatura não será de forma alguma a governo. Ele é o nosso candidato à reeleição. O que eu posso disputar, a gente tem de construir, primeiro, ouvindo a população. Depois, uma construção”, diz, nesta entrevista exclusiva ao **Correio**.

Natural de Taguatinga, Flávia ressalta que cumpriu seu papel na Secretaria de Governo, mas não deixou de olhar para o

DF. “Quero poder contribuir com a cidade. Meu projeto é para a cidade, com a cidade. Eu não tenho a política por profissão. A política não é a minha profissão. Quero o que o grupo construir, ouvir a sociedade, saber no que posso contribuir.”

Deputada federal pelo PL, Flávia ganhou destaque na Câmara ao ser a primeira mulher a ocupar a presidência da Comissão Especial de Orçamento e Finanças e, depois, assumir um cargo estratégico no governo federal.

Para ela, a missão foi cumprida. “O intuito que eu tinha, quando entrei, acho que consegui preencher, que foi o de construir pontes. Derrubar possíveis muros que fossem construídos nesse meio do caminho, estabelecer o diálogo, a construção de pontes com o Congresso”, avalia.

Há desafios mais difíceis e coletivos a serem vencidos. Um deles é garantir menos preconceito e hostilidade na política para as mulheres. “Alguns homens colocam as mulheres (em segundo plano), como, no

início (do mandato), tinha sempre ‘ah, nós participamos...’, e eu não estava sabendo. Então, quando vinha, ‘isso aqui, ah, nós discutimos’, eu dizia, ‘mas eu não participei’, então, estou achando que falta alguma coisa, né? Aos poucos, vai se construindo. Mas, nós, mulheres, precisamos provar muitas vezes que somos capazes”, frisa a parlamentar, defensora das cotas para candidatas femininas nos partidos.

Única mulher no Planalto, Flávia elogia o presidente Jair Bolsonaro. “A política é muito machista. O

ambiente da política é muito machista. E eu sou a única mulher no Palácio. Mas o presidente me deu todas as oportunidades, a mesma fala e a mesma importância de todos os outros ministros”, enfatiza.

Apesar da polarização entre Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Flávia aposta que o eleitorado de Brasília dará uma votação expressiva para o atual chefe do Executivo. “Estive num evento para cinco mil pessoas e, quando falei o nome dele, foi ovacionado.”

### Qual foi a principal ação que a senhora conseguiu desenvolver neste período no ministério?

O intuito que eu tinha, quando entrei, acho que consegui preencher, que foi o de construir pontes. Derrubar possíveis muros que fossem construídos nesse meio do caminho, estabelecer o diálogo, a construção de pontes com o Congresso. Claro, como o próprio presidente citou, é um ministério difícil, porque você lida com todos os parlamentares. Você nunca vai agradar a todo mundo. Mas, dentro do possível, atendi todas as pessoas que pediram. Acho que saio com mais amigos do que quando entrei. Então, faço um balanço positivo.

### Muitos ministros nessa área ficaram pelo caminho, como avalia?

Ser a primeira mulher a ocupar este ministério, este espaço de articulação política, já foi para mim uma grande honra e um grande desafio. Acho que conseguimos superar isso, construir e terminar o meu período de ministério com sucesso, porque estou saindo fruto da necessidade de desincompatibilização. Saindo com outros ministros, porque nosso prazo é agora. Mesmo diante de tantas alfinetadas, dificuldades e desafios, consegui me manter equilibrada.

### Qual é a lição mais importante que traz desta experiência no Planalto?

Primeiro, um aprendizado enorme. Acho que o que eu aprendi, nesse um ano aqui, talvez, em livro nenhum consiga aprender tanto quanto na prática. Costumo dizer que, aqui dentro, a gente trata do alfinete ao fogo. Recebe todas as pessoas, parlamentares, vereadores, que vêm acompanhados dos prefeitos e seus deputados. A gente recebe desde a coisa mais simples, da burocracia de um ofício, até as mais complicadas, de desviar processos que estão tramitando nos outros ministérios, construção de projetos de lei, de PLNs (projetos de leis orçamentárias). É tentar ter um consenso ou, pelo menos, algo que consiga construir um texto dentro de tantos dissensos e diferenças partidárias, ideológicas, que é o que faz o cerne da democracia. É estar sempre aberta ao diálogo, à construção. Fiz grandes amigos, e, obviamente, a gente também é atacada. Faz parte de quem não é 100% agradado.

### Partindo desse ponto, das alfinetadas: isso acontece porque, como diz o presidente, o

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



O intuito que eu tinha, quando entrei, acho que consegui preencher, que foi o de construir pontes. Fiz tudo o que estava ao meu alcance nessa construção. Então, faço um balanço positivo”

### cargo é difícil, ou pelo fato de a senhora ser mulher?

As duas coisas. Este ministério é um grande desafio, porque você lida com muitas pessoas, com diferentes necessidades, pleitos diversos, mas, ao mesmo tempo, tentando um equilíbrio. Este ministério é de construção política, um ministério meio. Não é um ministério fim, de entrega, não tenho caneta e não estou fazendo entrega efetiva, como o Ministério do Desenvolvimento Regional, o da Infraestrutura e todos os outros. Aqui, não. Aqui, sou o papel de mediadora, faço a interlocução de todos os ministérios com o Congresso. Lógico que, muitas vezes, tem interesses legítimos, mas contrariados, desde projetos que um quer, o outro não; coisas que o governo queria que aprovasse e, no Congresso, não era bem assim. E o fato de ser mulher, obviamente, a gente, infelizmente, ainda vive numa sociedade muito machista. A política é muito machista. O ambiente da política é muito machista. E eu sou a única mulher no Palácio, mas o presidente me deu todas as oportunidades, a mesma fala e a mesma importância de todos os outros ministros. Eu sou muito grata à oportunidade que ele me deu e com reconhecimento e

com a oportunidade de fala igual para todos os ministros, respeitando todos os momentos.

### O presidente chegou a dizer que a senhora era a melhor ministra dele?

(Risos). Num evento que a gente fez aqui, ele brincou: dos 23, a minha melhor ministra. Estou aqui no dia a dia. Vira e mexe, estou na sala dele. A gente fala dos assuntos do Congresso. Sempre que posso ajudar de alguma forma, se for para colaborar, eu ajudo. E também escuto muita coisa. Às vezes, tem pautas lá que não dizem respeito a mim, mas eu faço questão de ouvir e aprender. Foi um aprendizado muito grande. Mas tem isso: o machismo é estrutural. No Parlamento, inclusive, a gente ainda vive o machismo estrutural.

### O que achou do posicionamento do presidente em relação à pobreza menstrual?

O projeto da saúde menstrual foi muito discutido no Congresso, principalmente na Câmara, e, quando eu estava lá, discutimos isso. É uma realidade da população, principalmente, de nós, mulheres. Sabemos exatamente o que é isso, o que é esse período menstrual e as meninas em situação de

vulnerabilidade, de pobreza, não ter acesso. Mas isso existe desde que o Brasil é Brasil e desde que o mundo é mundo. Então, é importante a gente dizer que isso não é uma pauta que veio no governo Bolsonaro. Os outros governos que nos antecederam não discutiram isso antes por quê? Colocar agora: ‘Ah, o presidente Bolsonaro não quis’. No caso do presidente, assim que essa pauta chegou aqui, ele, no mérito, sempre falou: ‘Eu sei que isso é importante, sei que passou pelo Congresso’. A necessidade do veto veio por uma exigência da Economia, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pelo mérito do projeto em si, o presidente não foi contra em nenhum momento. A sugestão do veto vem da Economia, porque gerar uma nova despesa incorre no crime de responsabilidade fiscal. Então, nesse caso, vem sugerido pela Economia, pela assessoria jurídica, a necessidade do veto, não pelo mérito do projeto e, sim, porque cria uma nova despesa. O projeto é fundamental e importante. Tanto que o governo sugeriu e editou uma medida provisória. Há uma discussão que: ‘Ah, foram menos mulheres’. Porém, o valor que foi na medida provisória é maior do que o do projeto de lei. Então, derrubaram o veto, mas a medida provisória está valendo.

### O fato de ser mulher teve um peso maior nas alfinetadas que recebeu?

Sempre tem. Muitas vezes, alguns homens colocam as mulheres (em segundo plano), como, no início (do mandato), tinha sempre: ‘Ah, nós participamos...’. E eu não estava sabendo. Então, quando vinha ‘ah, nós discutimos’, eu dizia, ‘mas eu não participei’. Então, estou achando que falta alguma coisa, né? Aos poucos, vai se construindo.

### Que conselho daria hoje para as mulheres que pretendem ingressar na política?

Primeiro, que é fundamental a participação de mais mulheres na política, porque só com mais mulheres na política a gente pode fazer mais política de mulheres. O desafio da mulher na política é grande para entrar, por isso, sou a favor da necessidade das cotas partidárias de inclusão das mulheres. São fundamentais. Hoje, já somos 15% do Parlamento brasileiro, mas ainda é infinitamente baixo e menor do que a nossa representação na sociedade: 53%. É fundamental a mulher poder participar de tudo, assim como presidir uma Comissão de Orçamento, como eu presidi. Historicamente, ficava essa reserva de

mercado. Números e o Orçamento da União sempre foram discutidos por homens. Vi a ministra Cármen Lúcia (do Supremo Tribunal Federal) falar esses dias uma história muito interessante. Um rapaz, sem maldade nenhuma, disse: ‘Olha, vim trazer um documento para uma autoridade, mas me disseram que aqui só mora mulher’. Ou seja, a mulher não pode ser autoridade. E o que é isso? É o machismo estrutural. E o Parlamento e os Poderes são reflexos da sociedade. Portanto, quando a gente luta para vencer esses obstáculos é para dar mais oportunidades às mulheres. E isso passa, também, por essas cotas de mulheres, partidariamente falando. Hoje, um partido que tiver mais mulheres eleitas tem o dobro do fundo eleitoral. Essa política de cota é compensação. É cota compensatória de tudo o que já ficamos para trás, de toda a falta de oportunidades que tivemos. Na hora que estabelecer, ali, um patamar de 50 a 50, não vai precisar de mais nada disso, mas, aí, os homens que se cuidem, que vamos avançar, e ninguém mais vai nos segurar.

### A senhora presidiu a Comissão Mista de Orçamento, quando o chamado orçamento secreto não era como é hoje. Acredita que essas emendas de relator devam acabar?

A gente precisa encontrar um meio-termo para essas emendas. O Congresso é legítimo e tem de ser participe da distribuição do Orçamento, porque nós fomos eleitos representantes de vários segmentos da sociedade. E tem a política nacional. Ela é um guarda-chuva muito amplo. O parlamentar conhece a sua região, as necessidades, está lá no dia a dia, é cobrado por quem o elegeu. Nós já temos as emendas impositivas, mas acho que poder participar de alguma forma das indicações, de onde devem ir, também é fruto de uma construção do Parlamento. Só não acho que da forma que está. Hoje, estou no Executivo, e, principalmente como ministra da Secretaria de governo, o Executivo ficou sem recurso discricionário. Todo esse recurso está alocado na emenda de relator. O Executivo está completamente amarrado para cumprir prioridade de política do governo. Em relação à transparência, sou absolutamente a favor. E não existe orçamento secreto, porque a execução é pública. O que se discute e, talvez, tenha sido colocado de uma forma equivocada, é quem indicou. A gente precisa mudar a lei, dar mais transparência.